

**Belmiro Gil Cabrito**

Email: [b.cabrito@ie.ul.pt](mailto:b.cabrito@ie.ul.pt)

Instituição: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

### **O público e o privado em educação: o caso Português**

A discussão sobre o público e o privado não sendo recente teve um forte incremento desde finais da década de 1990, acompanhando o reforço de governação liberal que vem caracterizando as sociedades em geral. No actual momento nas mais diversas sociedades, pressionadas que são pela concorrência global, o individual ganha terreno sobre o colectivo, o privado ganha terreno sobre o público, a “ideia” de liberdade sobrepõe-se à de igualdade/equidade. Nestas circunstâncias, mesmo nos países onde o Estado mais tem contribuído para a construção da equidade se começam a perceber incursões que, em nome de slogans como o public choice, vêm privilegiando o privado em prejuízo do público. Esta tendência é notória em serviços específicos como os de saúde ou de educação. No caso da educação superior, a privatização da educação pública é bem nítida nas exigências financeiras que se colocam aos estudantes e nas posições ideológicas que fazem da diversificação de fontes de financiamento e/ou no financiamento estudantil a bandeira, perspectivando a educação como um bem de natureza semi-pública ou mesmo privada e que, portanto, os seus consumidores devem pagar.

Naturalmente, em Portugal, país da periferia desenvolvida da Europa, país mergulhado numa forte crise financeira, esta tendência de privatização do que era entendido como público, teria de se revelar.

A presente comunicação pretende discutir o público e o privado em educação, nomeadamente a superior e dar a conhecer o modo como ocorreu o processo de privatização do ensino superior em Portugal bem como o modo como os estudantes encaram este problema, partindo da análise de um conjunto de opiniões expressas por duas amostras representativas de estudantes de ensino superior a quem foi aplicado um questionário respectivamente em 1994-1995 (Cabrito, 2002) e em 2010-2011 (Cerdeira *et alii*, 2012).

Palavras-chave: Ensino Superior; Financiamento; Equidade; Bem Público; Bem Privado.

## Introdução

Uma das questões que merece destaque em qualquer estudo que se realize em torno da educação, muito particularmente em torno da educação de nível superior, é o da sua natureza, isto é, a educação é um bem público ou um bem privado? Correlata desta, outras questões surgem, destacando-se a da provisão da educação e a do respectivo financiamento. Quem deve prover a educação: o Estado, através de instituições educativas públicas, ou a sociedade civil, através de instituições privadas? Ou o estado, através do licenciamento a privados numa situação de quase-mercado? Em qualquer Nestas circunstância, quem deve pagar a educação: a colectividade, os contribuintes, através do Estado; ou os beneficiários directos, os estudantes? Estas são questões sempre presentes no quadro das políticas educativas, pois as respostas dos sistemas configuram as próprias ofertas (Cabrito, 2002). Estas questões são objecto de diferentes respostas, por vezes até contraditórias em especial na educação pós-secundária, encontrando-se os cientistas da educação divididos na posição a tomar.

Efectivamente, e reportando-nos aos primeiros estudos que fizeram história sobre o assunto, autores há que afirmam o primado dos particulares no financiamento da educação, em especial quando se trata do ensino superior. Para eles, esse ensino deve ser pago por aqueles que dela beneficiam de imediato, os estudantes, por razões que, em última análise, relevam da equidade e da eficiência do sistema educativo.

De acordo com economistas da educação como Weisbrod (1962), Hansen *et al* (1969), Eicher (1996), Eicher & Chevallier (1993), Le Grand (1991), Le Grand & Bartlett (1993), Bartlett (1991), Glennerster (1997) ou Barr & Crawford (1998), a participação dos estudantes no financiamento deste nível de ensino será bastante vantajosa e mais justa, em virtude dos inúmeros efeitos positivos que induz, nomeadamente:

a) Na **eficácia interna do sistema**, uma vez que os estudantes, pelo facto de pagarem os seus estudos, serão levados a terminarem-nos tão rápido quanto possível, diminuindo o número médio de anos para a obtenção do diploma.

b) Na **eficiência do sistema**, porque, no actual contexto de rigidez orçamental e de carência de recursos financeiros a) as instituições poderão contratar mais professores e professores mais qualificados, investir em novos equipamentos ou criar novos cursos; b) os estudantes irão exigir um ensino de melhor qualidade e que melhor responda às suas necessidades; c) contribui para tornar as instituições de ensino superior "mais dependentes" dos estudantes, sendo natural que se estabeleça um certo grau de concorrência entre elas, a qual induz efeitos positivos na qualidade e diversidade da oferta.

c) No **grau de equidade do sistema**, em virtude da injustiça resultante de um financiamento público via impostos pois, nestas circunstâncias, todos os indivíduos, mesmo aqueles que nunca chegarão a frequentar qualquer estabelecimento de ensino superior, estarão a ser financiadores activos do sistema.

Na posição inversa, encontram-se os defensores da forte participação do poder público no financiamento do ensino superior. Para economistas da educação como Doyle & Weale (1994), Weale (1992), Wolfe (1995), Wolfe & Zuvekas (1997), Barnes (1999), Hare (1997), o estado deve disponibilizar educação de nível superior gratuitamente, ou a muito baixo preço, a todos os indivíduos intelectualmente capacitados para tal, em virtude de:

a) **Questões de equidade**, nomeadamente a de igualdade de oportunidades, uma vez que o financiamento privado pode conduzir a uma contracção da procura de ensino superior, a qual afectará, preferencialmente, os jovens com menores capacidades financeiras.

b) Das **externalidades** produzidas pelo ensino superior e que se repercutem em toda a colectividade, pois o investimento educativo contribui para o desenvolvimento económico, de que decorrem efeitos positivos que se reflectem em todos os cidadãos através dos maiores níveis de emprego, de produtividade e de salários, bem como nos indivíduos que trabalham directamente com os jovens formados, pelas aprendizagens recorrentes que poderão adquirir.

c) da **autonomia** que os estabelecimentos devem gozar face a quaisquer interesses particulares, de forma a evitar a sua pilotagem pelos estudantes ou empresários. De facto, essa dependência poderá fazer perigar a natureza e a qualidade do ensino disponibilizado, bem como a natureza da investigação científica (Cabrito, 2010, para o caso Português), seja porque são levados a responder às solicitações particulares dos estudantes e, portanto, a concentrar-se em disciplinas de custo unitário baixo e de elevada visibilidade económica, seja porque a investigação científica de natureza fundamental pode ser preterida em benefício da investigação aplicada, que beneficia mais imediatamente a actividade empresarial.

d) Da **concorrência** que pode estabelecer-se entre os estabelecimentos de ensino, facto que pode induzir efeitos negativos ao nível da a) eficiência, uma vez que os recursos financeiros gastos em publicidade e outras técnicas de atracção de consumidores se concretizam em custos suplementares da produção educativa; e, b) ao nível da equidade, por constituir um poderoso factor de estratificação dos estabelecimentos e que se traduz, no curto prazo, em desigualdades na qualidade de formação prestada por cada estabelecimento e, no longo prazo, e como consequência directa dessa diferente

qualidade, em desigualdades individuais suplementares em termos de carreira profissional e de rendimento.

e) Finalmente, o ensino superior cria, a prazo, um **benefício fiscal** resultante das remunerações mais elevadas que trabalhadores mais qualificados irão receber ao longo do seu tempo de actividade.

Naturalmente, entre as posições extremadas, existe um sem número de possibilidades que cada comunidade adopta em conformidade com o seu caminho histórico.

Em consequência, mesmo os autores que defendem a participação dos estudantes no financiamento do ensino superior, como Eicher & Chavalier (1993) e Eicher & Gruel (1996), Barr (1993, 2003) chamam a atenção para a indispensabilidade de ajuda aos estudantes que não possuem capacidade económica para frequentar este nível de ensino, no sentido de construir uma igualdade de oportunidades tão forte quanto possível, facto que pode passar mesmo por uma oferta de ensino universitário (quase)gratuito.

Outros, como Le Gand (1990), Le Grand & Bartlett (1993), Barr (1993), na sua proposta teórica dos quase-mercados, propõem a provisão da educação pelo estado, que será o seu financiador, mas fornecida por instituições privadas que concorrem entre si. Esta concorrência seria o necessário para que se estabelecesse a eficiência e a equidade tantas vezes inexistente.

Em qualquer situação, a análise dos sistemas educativos mostra que, em geral, as fontes de financiamento do ensino superior têm sido, primordialmente, os estudantes e a sociedade.

Todavia, actualmente, outra posição tem vindo a tomar força no quadro do público e do privado em educação. Autores como Johnstone (1986, 2002, 2004, 2007) e Barr (2003, 2005) têm vindo a argumentar com a necessidade de as instituições de ensino superior diversificarem as suas fontes de financiamento.

Esta diversificação surge como a resposta a um financiamento público cada vez mais reduzido, dado o maior nível de solicitações a que o Estado se encontra sujeito e a concorrência estabelecida pelos diversos sistemas de apoio social. Simultaneamente, esta prática garantiria maiores níveis de independência e de autonomia deste sector educativo face aos poderes públicos, aos estudantes e ao resto da colectividade em geral. Essas fontes de financiamento seriam, então, as empresas, as próprias instituições de ensino superior, filantropos, organizações de mecenato.

Naturalmente, esta falta de consenso no campo teórico, tem o seu contraponto no domínio da prática, assistindo-se a formas diferentes de responder aos problemas de financiamento do ensino superior, nos diversos países. Todavia, e apesar das particularidades culturais, sociais e económicas, a diversificação das fontes de financiamento tem vindo a constituir-se uma tendência universal.

Todavia, neste debate raramente se questiona o particular interessado na questão: o estudante. Na verdade, o que dizem os estudantes acerca da natureza da educação superior? É um bem público ou um bem privado? Quem a deve financiar e porquê? Qual deverá ser o papel dos estudantes/famílias no processo? Estas e outras são questões que o decisor não tem colocado, independentemente da política implementada relativamente à educação superior. No quadro português, esta problemática tem vindo a ser objecto de investigação por parte de um pequeno número de investigadores (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2009; Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012), que têm vindo a auscultar os estudantes do ensino superior sobre um número variado de questões, entre elas, as de conhecer as suas opiniões face relativamente à sua natureza e respectivo financiamento.

Nesta comunicação dão-se a conhecer as opiniões dos estudantes portugueses do ensino superior manifestadas em duas datas distintas, permitindo não só conhecer a forma como eles equacionam estes problemas mas, também, a mudança de opinião, se a houve, no período das duas últimas décadas.

## **1. Metodologia**

Ambas investigações privilegiaram uma abordagem quantitativa, tendo-se fundado em dois questionários aplicados a duas amostras representativas dos estudantes do ensino superior respectivamente em 1994-1995 (Cabrito, 2002) e 2010-2011 (Cerdeira, Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012).

As duas amostras eram amostras estratificadas, construídas em função das variáveis sexo, idade, área científica, instituição (pública/privada); distribuição geográfica e correspondiam a cerca de 18% do universo.

Adoptou-se a metodologia de aplicação directa dos questionários. Aos respondentes foi solicitado o preenchimento do questionário na presença do inquiridor, após breve explicação dos objectivos da investigação em curso. Os estudantes foram inquiridos em locais seleccionados para o efeito (salas de aula, bibliotecas, salas de convívio) após consentimento por parte da direcção de cada instituição, a qual fora contactada antecipadamente.

Com as duas investigações pretendia-se criar conhecimento sobre o ensino superior visto pelos olhos dos estudantes ao longo do tempo, pelo que os dois questionários apresentavam objectivos comuns tendo sido repetidas certas questões.

No conjunto de questões comuns aos dois questionários, figurava um bloco com o qual se pretendia conhecer a opinião dos inquiridos acerca de um conjunto variado de problemas que o ensino superior coloca. Para tal solicitava-se aos inquiridos que se posicionassem face a um conjunto de afirmações, utilizando uma escala de Likert, numa métrica compreendida entre o “discordo totalmente” e o “concordo totalmente”.

Os dados foram analisados com o programa estatístico SPSS.

## 2. Apresentação e análise dos dados

Eram dez as afirmações comuns aos dois questionários e que eram as seguintes:

- 1 - O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado.
- 2 - O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes.
- 3 - As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada.
- 4 - O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas.
- 5 - O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino.
- 6 - O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso.
- 7 - O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país.
- 8 - O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo.
- 9 - Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos.
- 10 - O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior.

De seguida apresentam-se as respostas dadas pelos estudantes inquiridos em cada uma das datas. Em primeiro lugar apresentam-se e analisam-se as respostas dadas pelos estudantes inquiridos em 1994-1995. De seguida, faz-se a mesma apresentação, relativamente aos estudantes questionados em 2010-2011. Terminamos com uma leitura comparada dos dois conjuntos de respostas e respectivas análises.

Quadro 1 – Opinião dos inquiridos por natureza jurídica da instituição (público/privado), 1994-1995

Questões	Ensino Público	Ensino Privado
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo Totalmente	Discordo Totalmente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	Discordo Totalmente	Concordo
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra	Discordo	Concordo Totalmente

qualificada		
O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	Discordo Totalmente	Concordo Totalmente
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo Totalmente	Concordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Discordo Totalmente	Concordo Totalmente
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Concordo	Discordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo Totalmente	Concordo
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo	Concordo Totalmente
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo Totalmente	Discordo Totalmente

Fonte : Cabrito, 2002.

Da leitura das respostas reveladas no Quadro 1, o que se conclui imediatamente é a contradição total de opiniões manifestadas pelos estudantes do ensino superior público e os estudantes do ensino superior privado. Nenhuma das afirmações merece, em simultâneo, resposta no mesmo sentido.

Para além desta primeira constatação, é curioso perceber que as opiniões dos estudantes do ensino superior público vão, no essencial, ao encontro das posições que afirmam ser a educação superior um bem de natureza pública que deve ser provido pelo estado gratuitamente ou a um preço muito baixo, não percebendo qualquer coisa de positivo na participação dos estudantes no financiamento do ensino superior através de uma propina. Aliás, para estes estudantes o financiamento do ensino superior pelo estado é a garantia para que determinadas formações que não concorrem directamente para o desenvolvimento económico e que, não sendo rentáveis sofrem o perigo de desaparecer ou da sua oferta se atrofiar.

Finalmente, para estes estudantes o processo de propinas no ensino superior corresponde a um processo de desresponsabilização do estado face a este nível de ensino.

Numa orientação inversa revelam-se as respostas dos estudantes do ensino superior privado. Para estes estudantes, o ensino superior é um bem que deve e pode ser provido pelo estado e por particulares, cabendo aos estudantes a responsabilidade de contribuírem para o seu financiamento, ao lado daqueles dois outros actores na vida social, empresas e estado. Aliás, a existência de uma propina seria condição para a melhoria da qualidade do ensino,

colocando-se na esteira daqueles para quem a propina dá ao estudante capacidade para exigir uma melhoria daquela qualidade.

Para estes estudantes, a participação das empresas no financiamento de ensino superior é, no entanto, benvinda, sendo que essa participação seria o pagamento das empresas pela mão-de-obra altamente qualificada que assim estaria disponível no mercado. Por outro lado, estes estudantes não viam necessidade de participação do estado como garantia da permanência de determinadas formações que não contibuíam directamente para o desenvolvimento económico do país. Só uma última observação, a de que a política de propinas não indicia qualquer processo de desresponsabilização do estado face ao ensino superior até porque discordam que o ensino superior seja um bem público a ser maioritariamente financiado pelo estado.

A análise das respotas apresenta, pois, o conjunto « estudantes do ensino superior » completamente partido, em função da natureza jurídica da instituição detectando-se nos estudantes do ensino superior opiniões que tendencialmente se enquadram nas teorias gnericamente designadas de reprodução (Bourdieu & Passeron, 1964, 1970 ; Willis, 1977 ; Bowles & Gintis, 1974 ; 1995). Registe-se que esta clivagem « de reprodução social » pode ser a consequência « natural » da desigual origem social dos estudantes dos dois tipos de instituição, sendo que os estudantes de origem social menos favorecida predominam nas instituições públicas de ensino superior, e os estudantes oriundos dos estratos mais ricos, nas instituições privadas (Cabrito, 2002).

Vejamos, de seguida, as opiniões dos estudantes inquiridos em 2010-2011.

Quadro 2 – Opinião dos inquiridos por natureza jurídica da instituição (público/privado), 2010-2011

Questões	Ensino Público	Ensino Privado
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	Discordo Totalmente	Discordo Totalmente
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente
O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente

O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo	Discordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Concordo	Concordo Totalmente
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Não Concordo nem Discordo	Não Concordo nem Discordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo	Concordo Totalmente
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo	Não Concordo nem Discordo
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo	Concordo

Fonte : Cerdeira , Cabrito, Patrocínio, Machado & Brites, 2012.

O que há de mais significativo nas respostas dos estudantes inquiridos em 2010-2011, é a sua relativa homogeneidade. Salvaguardadas algumas diferenças de intensidade, a natureza da opinião, concordância/discordância é essencialmente a mesma nos dois conjuntos de inquiridos, exceptuando-se a questão relativa à participação do estado no financiamento do ensino superior particular e cooperativo, sendo que os estudantes do ensino público discordam disso enquanto os estudantes do ensino superior particular e cooperativo concordam totalmente com isso. Apesar desta divergência de opiniões, a homologia das respostas dos dois grupos de estudantes é quase total.

Esta situação revela uma grande mudança na maneira de pensar dos estudantes em geral, entre 1994-1995 e 2010-2011. Por um lado, os estudantes do ensino superior público de algum modo reconhecem a necessidade de ensino privado, pelo que os estudantes do ensino superior privado deverão ser tratados como os do ensino público; por outro, reconhecem a necessidade da entrada das empresas no mundo do ensino superior através do respectivo financiamento. Entretanto, os estudantes do ensino superior privado reconhecem a necessidade de participação do estado no financiamento do ensino superior, pelo que a actual política de propinas surge como um processo de desresponsabilização do estado face a este nível de ensino, ao mesmo tempo que discordam que devam ser os estudantes a assegurar o seu financiamento.

No período em análise assistimos, pois, a uma mudança que poderemos designar de quase radical nas opiniões dos estudantes, que se aproximam fortemente. A esta evolução não será estranho, certamente, a mudança significativa da origem social dos estudantes do ensino superior público e privado, predominando os estratos sociais mais e menos favorecidos em

detrimento dos estudantes da « classe média » (Cerdeira *et alii*, 2012) bem como a constatação das dificuldades efectivas do estado em manter a sua participação no financiamento de alguns bens sociais iessenciais, nomeadamente a educação. O reconhecimento por todos os estudantes da necessidade de participação das empresas no financiamento do ensino superior testemunha bem a nova conjuntura económica e a expansão, no país, das ideias de que as instituições de ensino superior devem diversificar as suas fontes de financiamento.

A mudança nos modos de pensar dos estudantes inquiridos de uma data para a outra é bem visível no quadro abaixo :

Quadro 3 – Comparação da opinião dos inquiridos de cada segmento educativo (público/privado) em 1994-1995 e 2010-2011

Questões	Ensino Público		Ensino Privado	
	1994-1995	2010-2011	1994-1995	2010-2011
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente	Discordo Totalmente	Concordo Totalmente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	Discordo Totalmente	Discordo Totalmente	Concordo	Discordo Totalmente
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	Discordo	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente
O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	Discordo Totalmente	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Discordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Discordo Totalmente	Concordo	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente
O financiamento público do ensino superior impede o atrofiamto de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Concordo	Não Concordo nem Discordo	Discordo	Não Concordo nem Discordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo	Discordo	Concordo Totalmente	Não Concordo nem Discordo
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo Totalmente	Concordo

--	--	--	--	--

## Notas finais

Nesta comunicação pretendia dar-se a conhecer se tinha havido, ou não, mudanças de opinião dos estudantes do ensino superior, no período das duas últimas décadas, o período compreendido entre 1994-1995 e 2010-2011, acerca de questões fundamentais relativas ao ensino superior e que se prendiam, essencialmente, com a natureza deste bem ; com a participação dos estudantes, do estado e das empresas no seu financiamento; com as vantagens do estabelecimento de propinas no ensino superior público; e, com o papel do estado como garante da oferta de formação de nível superior independentemente do valor económico dessa formação.

As diferenças acima registadas entre as opiniões expressas nas duas datas por cada um dos subgrupos de estudantes são muito significativas. De facto, se as respostas ao primeiro questionário, revelavam opiniões dos estudantes totalmente contraditórias, em função da natureza jurídica do estabelecimento de ensino, as respostas ao segundo questionário apresentam opiniões muito próximas, independentemente da natureza jurídica do estabelecimento de ensino a que pertencem os respondentes.

A investigação conduzida em 2010-2011 vem revelar, então, que a natureza pública/privada da instituição frequentada deixou de ser uma variável a conformar, de modo significativo, a forma de pensar dos estudantes do ensino superior, face aos grandes problemas com que instituições públicas e privadas se debatem, e que são, no essencial, similares.

De facto, actualmente em Portugal os estudantes de ambos os subsistemas de ensino são confrontados com problemas muito semelhantes e que advirão provavelmente, em grande parte, das mudanças ocorridas no próprio sistema de ensino superior decorrentes de novas medidas de política educativa, e no país em geral.

Na verdade, durante o período em análise assistiu-se a algumas mudanças estruturais que de seguida se enumeram sem qualquer ordem de importância ou sentido de exclusividade:

- O estabelecimento de uma propina actualizada para frequência do ensino superior público, fazendo destes estudantes financiadores activos do subsistema, à semelhança do que se verifica(va) com os estudantes do ensino superior particular e cooperativo.

- A extensão da acção social escolar aos estudantes do ensino superior privado, em igualdade de condições às dos estudantes do ensino superior público.
- A diminuição do número de candidatos ao ensino superior, ficando em cada ano vagas por preencher quer no ensino superior público quer no ensino superior privado.
- O desaparecimento de ofertas de formação, em virtude do seu custo e/ou do pequeno número de candidatos.
- A quebra brutal do financiamento público das instituições de ensino superior público, obrigando a uma política de diversificação de fontes de financiamento por parte destas instituições, à semelhança do que já se verificava com as instituições privadas de ensino superior.
- A entrada das empresas no financiamento das instituições públicas e privadas do ensino superior, através de bolsas, subsídios, aquisição de serviços, protocolos de investigação, etc.
- O desaparecimento tendencial daquilo que genericamente se designa por « classe média ».
- O desenvolvimento de ofertas formativas em função do seu grau de empregabilidade.
- O crescimento brutal e acelerado do desemprego dos diplomados do ensino superior.
- O endividamento brutal do país que tem conduzido a políticas de austeridade condutoras à recessão económica.
- A forte dependência do país da ajuda financeira externa.

Dos dados recolhidos pode então afirmar-se, com as devidas cautelas, que em menos de duas décadas se assistiu à formação de um « pensamento » de estudante, em Portugal que aproxima opiniões até então contrárias consoante a natureza jurídica da instituição frequentada, e que testemunha não só uma base social de recrutamento dos estudantes bastante semelhante quer no ensino público quer no ensino privado, mas também um processo de privatização da educação superior que assenta na participação do estudante, do estado e do mundo exterior à educação, no seu financiamento.

## **Referências bibliográficas**

- Barnes, J. (1999). Funding and University Autonomy. In *Changing Relationships between Higher Education and the State*. [Henkel, M. & Little, B. eds.]. London: Jessica Kingsley Publishers, pp.162-190.
- Barr, N. (1993). Alternative funding resources for higher education. *Economic Journal*, 103(418), pp. 718-728.
- Barr, N. (2003). Financing higher education: Lessons from UK debate. *Political Quarterly*, 74(3), 371-81. Reprinted in Barr, N. and Crawford. I. (2005), *Financing Higher Education, Answers from the UK*. London: Routledge, pp. 268-82.
- Barr, N. (2005). Financing higher education. Reforms in Britain may provide a useful framework for other countries. *Finance and Development*, 42(2), Junho, International Monetary Fund, Retirado da internet em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/06/barr.htm>, em Novembro de 2005.
- Barr, N. & Crawford, I. (1998). Funding Higher Education in a Age of Expansion. *Education Economics*, volume 6, nº 1, Abril, pp. 45-70.
- Bartlett, W. (1991). *Privatisation and Quasi-Markets*. Bristol: University of Bristol & SAUS Publications.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers*. Paris : Les Éditions Minuit.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction*. Paris : Les Éditions Minuit.
- Bowles, S. & Gintis, H. (1974). *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*. Neww York: Basic Books.
- Bowles, S. & Gintis, H. (1995). Agency and efficiency wage theory. In Carnoy, M. (Ed.). *International Encyclopedia of Economics of Education, second edition*. Cambridge: Pergamon, p. 52-58.
- Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*, Lisboa: Educa.
- Cabrito, B. (2004). Higher Education, an education for the elites? The Portuguese Case. *Higher Education in Europe*, vol. XXIX, nº 1, april, p. 33-46.
- Cabrito, B. (2010). Financiamento e avaliação da investigação científica e da pós-graduação em Portugal: Um processo questionável. In Oliveira, J., Catani, A & Ferreira, N. (orgs.). *Pós-graduação e avaliação. Impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional*. Campinas: Mercado de Letras, p. 133-164.
- Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de custos*, Lisboa: Almedina

- Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, J., Machado, M.L. & Brites, R. (2012). *Relatório do Projecto CESTES-Custos de educação dos estudantes do ensino superior*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Doyle, C. & Weale, M. (1994). Education, Externalities, Fertility and Economic Growth, *Education Economics*, volume 2, 2,129-167.
- Eicher, J.-C. (1996). Le Financement de l'Enseignement Supérieur en Europe : La Fin de la Gratuité ? *Communication présentée au 17<sup>ème</sup> Congrès de la CESE*. Atenas.
- Eicher, J.-C. & Chevallier, T. (1993). Rethinking the Finance of Post-Compulsory Education. *International Journal of Educational Research*, vol. 19, 445-519.
- Eicher, J.-C. & Gruel, L. (1996). *Le financement de la vie étudiante*. Paris: La Documentation Française.
- Glennerster, H. (1997). *Paying for Welfare Towards 2000*. London: Prentice Hall/Harvester, Wheatsheaf.
- Hansen, W. & Weisbrod. (1969). The distribution of costs and direct benefits of public higher education : the case of California. *Journal of Human Resources*, nº 4, pp. 176-191.
- Hare, P. (1997). Conceptual Issues in the Analysis of Higher Education: Application to Russia and Ukraine. In Hare, P. (Ed.). *Structure and Financing of Higher Education in Russia, Ukraine and the EU*. London: Jessica Kingsley Publishers, pp- 3-40.
- Johnstone, D.B. (1986). *Sharing the Costs of HE. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State*. New York: College Board Publications.
- Johnstone, D.B. (2002). Challenges of financial austerity: Imperatives and limitations of revenue diversification in higher education. *The Welsh Journal of Education* [Special International Issue], 11(1), 18-36.
- Johnstone, D.B. (2004). Cost-sharing and equity in higher education: Implications of income contingent loans". In P.N. Teixeira, B. Jongbloed, D. Dill, e A. Amaral (Eds.), *Markets in Higher Education*, Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 37-60.
- Johnstone, D.B. (2007). Worldwide Trends in Higher Education Finance: Cost-Sharing, Student Loans, and the Support of Academic Research, Preparado como parte do *UNESCO's Higher Education Commissioned Paper Series*. Paris: UNESCO.
- Le Grand, J. (1990). *Quasi-Markets and Social Policy*. Bristol: University of Bristol & SAUS Publications.

Le Grand, J. (1991). *Equality and Choice*. London: Harper Collins.

Le Grand, J. & Bartlett, W. (1993). Quasi-Markets and Social Policy: The Way Forward? In Le Grand, J. & Bartlett, W. (Eds.), *Quasi Markets and Social Policy*. London: Macmillan, pp. 202-220.

Weale, M. (1992). Externalities from Education. In E. Cohn and G. Johnes (Eds.). In *Recent Developments in the Economics of Education*. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.

Weisbrod, B. (1962). External Effects of Investment in Education. In Blaug, M. (Ed.) (1968). *Economics of Education 1-Selected Readings*. Harmondsworth: Penguin Books, pp. 156-181.

Willis, P. (1977). *Learning to Labour. How working class kids get working work class jobs*. Aldershot : Gower Publishing.

Wolfe, B. (1995). External Benefits of Education. In Carnoy, M. (Ed.). *International Encyclopedia of Economics of Education, second edition*. Cambridge: Pergamon, pp. 159-163.

Wolfe, B. & Zuvekas, S. (1997). Non-market Outcomes of Schooling. *International Journal of Education Research*, n° 27, pp. 491-502.